

CAPÍTULO 2.1

Prevenção e monitoramento da dengue subsidiadas pelo sistema de informação de agravos de notificação (SINAN): Revisão Integrativa¹

DOI: <https://doi.org/10.47879/ed.ep.202500019p71>

André Luiz de Souza Braga
Rosemberg Garcia
Maritza Consuelo Ortiz Sanchez
Pedro Ruiz Barboza Nassar
Johny Carlos de Queiroz
Miriam Marinho Chrizostimo
Barbara Pompeu Christovam

RESUMO

Objetivo: descrever, baseado em evidências, pesquisas subsidiadas pelo SINAN para a prevenção e o monitoramento da dengue. **Metodologia:** Estudo tipo Revisão integrativa da literatura. A questão norteadora considerada foi: quais ações são desenvolvidas para a prevenção e controle da dengue subsidiadas pelo SINAN? Foi realizada através das seguintes bases de dados: MedLine, LILACS E BDENF, utilizando-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde: “Sistemas de Informação”; Dengue; “Vigilância Epidemiológica” e “Unidade Básica”, combinados entre si por meio do operador booleano AND. A busca se deu em novembro de 2023, sendo incluído os estudos publicados nos últimos 10 anos. Excluiu-se os materiais que não estivessem relacionados especificamente com a temática estudada. **Resultados:** em duas categorias foram evidenciadas a importância do SINAN como

¹ Artigo publicado na Revista Observatório de La Economia Latinoamericana em fevereiro de 2024

fonte de informações em um cotidiano de trabalho que agrega subsídios para as ações de vigilância epidemiológica. **Conclusão:** Os achados sintetizam as ações utilizadas para construção do perfil dos casos de dengue. A informação de qualidade é extremamente relevante para subsidiar a tomada de decisão, em todos os níveis de ação, pois permitirá o diagnóstico de forma fidedigna às necessidades de saúde da população.

Descritores: Sistemas de Informação; Dengue; vigilância epidemiológica e unidade básica.

INTRODUÇÃO

O advento da bacteriologia, no início do século XX, foi um marco nas ciências da saúde. Bendhimol (2020), descreve em seu artigo sobre o início da adoção da bacteriologia no Brasil que até então, teriam reinado as crenças errôneas da higiene dos miasmas, mostrando a dimensão da batalha enfrentada pelos pesquisadores nesta época.

No Brasil, nessa época, ocorriam campanhas sanitárias de grande porte, cujo objetivo era controlar doenças cuja presença chegava num vulto tal que prejudicavam as atividades econômicas, como a febre amarela, peste e varíola. Novamente, o autor relata a dificuldade de pesquisar e tratar a febre amarela naquela época: era preciso explicar os fatos estabelecidos pelos estudos epidemiológicos e clínicos para convencer os médicos sem um background em bacteriologia da relevância deste germe em particular para a febre amarela (BENDHIMOL, 2020).

Destas enfermidades, foi a varíola, a motivadora de uma campanha na década de 60, que deu o pontapé inicial para que a vigilância epidemiológica pudesse tomar forma. Este modelo foi a inspiração, para em 1969, se organizar um sistema de notificação semanal de doenças selecionadas, para que houvesse coleta de dados e que desenvolvesse ações de prevenção.

Ao fim da década de 80, através da reforma nacional do setor de saúde, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS) ao qual foi incorporado o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), sendo ampliado no texto legal através da Lei 8.080/90 o conceito de vigilância epidemiológica. A partir daí as ações passaram a ser implementadas dentro da reorganização do sistema de saúde brasileiro, sob a égide da descentralização de responsabilidades e na integralidade da prestação de serviços. (BRASIL, 1990)

Para subvencionar estas ações, dados são coletados a partir de um sistema de informação em saúde (SIS), cuja definição pelo próprio Ministério da Saúde (MS) é de um conjunto de estruturas administrativas e unidades de produção, perfeitamente articuladas, com vistas à obtenção de dados mediante o seu registro, coleta, processamento, análise, transformação em informação e oportuna divulgação (BRASIL, 2005).

Para a vigilância epidemiológica, o SIS de maior importância é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Desenvolvido entre 1990 e 1993 com o objetivo de substituir o Sistema de Notificação Compulsória de Doenças (SNCD), criado pelo Centro Nacional de Epidemiologia (ROCHA et al., 2020).

O SINAN foi criado para que sua operação fosse feita a partir das unidades de saúde, com o objetivo de coletar e processar dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, a partir do nível local. O MS proporciona uma listagem de doenças, escolhendo para isso as de maior relevância sanitária para o país. (ROCHA et al., 2020).

Quanto a consolidação do SINAN como principal fonte de informação de morbidade no campo das doenças de notificação compulsória, é preciso garantir tanto a cobertura quanto a qualidade das informações para embasar o processo de tomada de decisão. Para alcançar este objetivo os profissionais de saúde precisam se conscientizar sobre sua responsabilidade para melhorar as condições de saúde da população e do país. (BARRETO et al., 2012).

Para o estudo, selecionou-se, dentro do SINAN, um agravo endêmico com relevância epidemiológica: a dengue, devido à sua ocorrência, que embora seja sazonal, anualmente permeia índices que alertam ao seu monitoramento pelos serviços de vigilância em saúde. A dengue tem sido objeto de interesse em diversos estudos epidemiológicos, pois além de afetar diretamente a população, pode acarretar complicações posteriores devido aos diversos sorotipos. (TOLEDO et al., 2006). Mediante ao exposto, a pesquisa objetivou descrever, baseado em evidências, pesquisas subsidiadas pelo SINAN para a prevenção e o monitoramento da dengue.

MÉTODO

Estudo do tipo revisão integrativa de literatura. Este método possibilita a síntese do estado do conhecimento de determinado assunto, apontando

as lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos (MENDES, 2008).

A seleção dos estudos foi realizada a partir do levantamento de trabalhos indexados nas bases MedLine, LILACS e BDENF, utilizando-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde: “Sistemas de Informação”; Dengue; “Vigilância Epidemiológica” e “Unidade Básica”, combinados entre si por meio do operador booleano AND. A busca se deu em novembro de 2023, sendo incluído os estudos publicados nos últimos 10 anos

A questão norteadora considerada foi: quais ações são desenvolvidas para a prevenção e controle da dengue subsidiadas pelo SINAN? Excluiu-se os materiais que não estivessem relacionados especificamente com a temática estudada.

A análise e a interpretação dos dados ocorreram através da leitura exploratória dos estudos, cuja finalidade pautou-se em verificar a relevância do material científico. Na sequência, realizou-se a leitura seletiva para a composição de um corpus que respondesse à pergunta norteadora e ao objetivo do estudo. O processo culminou na extração dos artigos descritos neste estudo.

A prática baseada em evidências preconiza sistemas de classificação, dependendo da abordagem metodológica adotada. Neste estudo, as publicações foram avaliadas segundo a classificação do Oxford Centre for Evidence-Based Medicine (OXFORD, 2009)

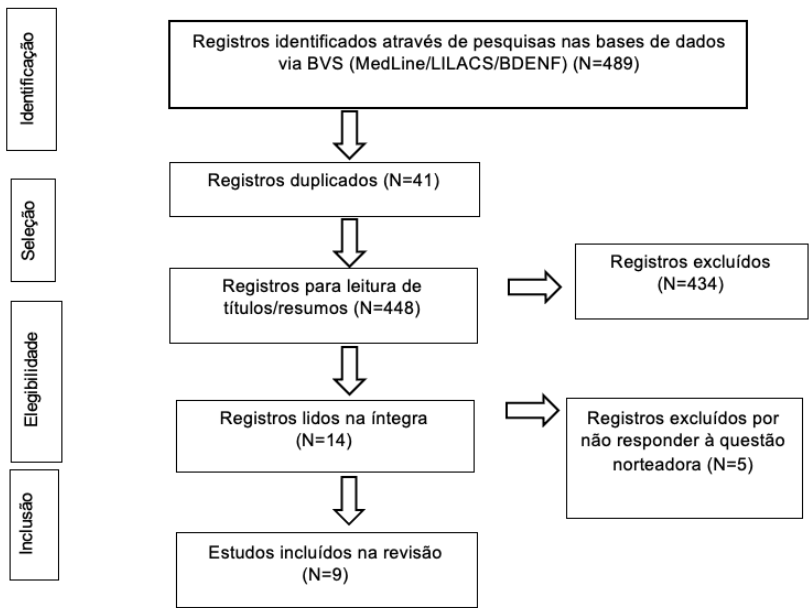
Os estudos foram divididos em duas categorias para análise: Uso do SINAN como subsídio de informações para a prevenção e controle da dengue e Qualidade e integridade das informações do SINAN para a prevenção e controle da dengue.

Essa revisão seguiu as diretrizes PRISMA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra compreendeu em nove estudos, conforme o fluxograma de seleção das publicações - Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos artigos incluídos no estudo, conforme a recomendação PRISMA. Niterói, RJ, 2024.



Fonte: Adaptado do PRISMA 2020 (MOTHER et al, 2009).

Apresentou-se um total de 489 artigos. Destes, foram excluídos: 41 por duplicidade, 434 por não se referirem a temática em estudo ou não responderem à questão norteadora. 14 estudos foram selecionados para leitura na íntegra. Assim, foram selecionados 09 artigos que constituíram essa revisão integrativa. (MENDES, 2008)

A seguir, o Quadro 1 caracteriza os artigos em título, autor, periódico e ano de publicação, base e nível de evidência (NE).

Quadro 1 – Artigos selecionados para a revisão integrativa. Niterói, RJ, 2024.

TÍTULO	AUTOR	PERIÓDICO/ANO	BASE	NE
Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil.	Brito, C.V.B.; Neto, O.S.M.	Revista brasileira em promoção da saúde; 2022.	LILACS	4
Avaliação da oportunidade de notificação da dengue no Estado do Paraná.	Goto, D.Y.N. et al.	Acta Paulista de Enfermagem; 2016.	BDENF	4
Análise da incidência de dengue em pacientes notificados em Montes Claros entre 2017 e 2019.	Silva, P.L.N. et al.	Nursing (Edição. Brasileira. Impressa.); 2021.	BDENF	4

Epidemiologia da dengue em Minas Gerais de 2009 a 2019: uma análise descritiva.	Moura, D.D.N.A. <i>et al.</i>	HU revista; 2022.	LILACS	4
Aspectos entomológicos e epidemiológicos das epidemias de dengue em Fortaleza, Ceará, 2001-12.	Oliveira, R.M.A.B. <i>et al.</i>	Epidemiologia e serviços de saúde (Impresso); 2018.	LILACS	4
Avaliação da não completude das notificações compulsórias de dengue registradas por município de pequeno porte no Brasil.	Marques, C.A. <i>et al.</i>	Ciência & saúde coletiva (Impresso); 2020.	LILACS	4
Análise da qualidade das notificações de dengue informadas no sistema de informação de agravos de notificação, na epidemia de 2010, em uma cidade polo da Zona da Mata de estado de Minas Gerais.	Assis, V.C. <i>et al.</i>	Revista de APS (Impresso); 2014.	LILACS	4
Caracterização dos casos confirmados de dengue por meio da técnica de <i>linkage</i> de bancos de dados, para avaliar a circulação viral em Belo Horizonte, 2009-2014.	Rabelo, A.C.L. <i>et al.</i>	Epidemiologia e serviços de saúde (Impresso); 2020.	LILACS	4
Diferenças por sexo e idade no preenchimento da escolaridade em fichas de vigilância em capitais brasileiras com maior incidência de dengue, 2008-2017.	Guimarães, L.M. <i>et al.</i>	Cadernos de saúde pública (Impresso); 2020.	MedLine	5

Fonte: elaborado pelos autores.

Dos 09 artigos selecionados nas bases, 06 foram encontrados na LILACS, 02 na BDENF e 01 artigos na MedLine. Todos os estudos estavam em português. Cinco artigos eram de rastreamento e quatro eram estudos descritivos e quantitativos. O montante de publicações, encontra-se nos anos de 2014 (1); 2016 (1); 2018 (1), 2020 (3), 2021 (1) e 2022 (2).

Em relação à sua origem, verificou-se que os estudos foram desenvolvidos nos seguintes estados do Brasil: Minas Gerais (4); Pará (1); Paraná (1); Ceará (1), Espírito Santo (1) e Diversas Capitais Brasileiras (1). Os autores dos estudos totalizaram 35 pesquisadores.

A revisão possibilitou identificar diversos estudos sobre a temática. Porém, na literatura científica, dentre os nove artigos selecionados, poucos versavam especificamente sobre o tema da pesquisa.

Após a leitura, análise e síntese do conteúdo dos artigos, foram identificadas duas categorias temáticas sobre as ações desenvolvidas para a prevenção e controle da dengue subsidiadas pelo SINAN: Uso do SINAN como subsídio de informações para a prevenção e controle da dengue e Qualidade e integridade das informações do SINAN para a prevenção e controle da dengue.

USO DO SINAN COMO SUBSÍDIO DE INFORMAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE

Destacam-se, dentre os estudos analisados na categoria, o proveito que tiram do SIS em sua função mais essencial e direta. Fornecer informação é a vocação mais premente em qualquer sistema de base de dados, e usar o sistema para embasar pesquisas é alçar o dado para a posição de informação e dar um objetivo para este dado.

Nos estudos de Santos e Gimenez (2015) e Rocha et al. (2020), pode-se observar a eficácia na busca por melhores decisões das ações a serem desenvolvidas, quando analisam e qualificam as informações advindas das notificações, com vistas à melhor aproveitamento do SINAN.

A pandemia da COVID-19 no ano de 2020 impactou a notificação compulsória de agravos, visto que os recursos não são ilimitados. Mostrando diferenças epidemiológicas em cada país assolado pela mesma (ROCHA et al., 2020; SOUZA et al., 2021; BRITO, 2022).

O estudo apurou que, dentre outras enfermidades, as notificações de dengue tiveram um crescimento acentuado em quase toda região no ano que antecedeu a pandemia, contudo, houve uma redução das notificações, quando em conjunto, com a COVID-19. Atribuiu-se a possibilidade desta redução ao maior isolamento de contato entre os cidadãos e as dificuldades da própria notificação em si. (ROCHA et al., 2020)

A oportunidade de notificação da dengue no Estado do Paraná, foi o objetivo do estudo que buscou compreender a sua evolução (GOTO, 2020). A avaliação da oportunidade de investigação demonstrou que mais de 90% dos casos tiveram suas investigações iniciadas no mesmo dia da notificação e percentuais próximos de 100% nos sete dias posteriores, o que demonstrou a eficácia das ações desenvolvidas para o monitoramento.

Sublinha-se que a oportunidade é essencial para a evolução da notificação “A oportunidade indica a velocidade de obtenção da informação para ação e se ela foi disponibilizada de forma oportuna para os tomadores de decisão” (BRAZ, 2020).

O uso do SINAN como subsídio para análise da incidência de casos notificados de dengue, no município de Montes Claros, para a partir dela qualificar ações a serem desenvolvidas, revelou, no estudo, um aumento gradual das notificações ao longo dos anos, com destaque para 2019, sendo que a maior incidência de casos em adultos jovens do sexo feminino (SILVA, 2021).

Tal informação melhor qualificou o foco nas ações de prevenção do agravo. Parece, que o perfil da incidência esteja relacionado à faixa etária, mais presente como economicamente ativa (SANTOS e GIMENEZ, 2015).

Ao analisar os estudos que utilizaram o SINAN para traçar um perfil epidemiológico, compreende-se a sua essência. Nestas pesquisas, Moura, (2022) e Oliveira, (2018) caracterizam o perfil da dengue evidenciando suas particularidades ao longo do tempo, o que oportunizou a melhor forma de controlar e prevenir.

Nos estados de Minas Gerais e Fortaleza, os aspectos entomológicos e epidemiológicos das epidemias de dengue foram descritos, caracterizando os sorotipos circulantes. O cruzamento das informações de dois sistemas: o SINAN e SIH/SUS (Sistema de Informações Hospitalares), mostrou a correlação das notificações e internações, o caráter cíclico das curvas de notificação e de como a imunidade transitória pode conferir proteção temporária. ((OLIVEIRA, 2018; MOURA, 2022).

Agrega-se a esta análise que a circulação de diferentes sorotipos em simultâneo traz um perigo a mais, por haver uma probabilidade maior de uma evolução mais complexa da doença (COSTA, 2009).

Os artigos incluídos nesta categoria da revisão, mostram a importância do SINAN como fonte de informações num mundo cada vez mais dependente de subsídio para tomada de decisão. A vigilância epidemiológica não pode ser reativa, mas precisa de proatividade, antevendo eventos futuros, se antecipando e tomando medidas para evitar epidemias. Enquanto SIS, o SINAN se esmera em cumprir seu papel, dando este suporte informacional num país de tão grandes dimensões e com uma incrível variabilidade ambiental. Os estudos que fazem uso do SINAN para obter informações a respeito da dengue, têm livre acesso dados e podem ajudar a construir a base de conhecimentos de que precisam.

QUALIDADE E INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES DO SINAN PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE

A completude dos campos de notificações da dengue em municípios no Brasil, oportunizou analisar e qualificar os dados que foi, em sua maioria, regular e muito ruim. A falta das informações contribui para o não conhecimento do real perfil epidemiológico dos casos de dengue.

Quando foram observados os campos obrigatórios, praticamente

os dois estudos apresentaram quase 100% de completude. Os autores destacam a péssima avaliação dos campos não obrigatórios, o que leva a fragilidade do conhecimento. A qualidade da informação é essencial para que o sistema possa prover subsídio para a prevenção e o controle de epidemias (ASSIS, 2015; MARQUES, 2020)

A estratégia Linkage, que consiste na ligação de dois ou mais bancos de dados independentes, mas que têm variáveis em comum, mostrou-se eficiente nos estudos de Silva et al. (2009) e Rocha et al. (2019). Esta metodologia permite encontrar subnotificações e inconsistências, o que permite uma maior integridade dos dados e consequente qualidade na informação.

Rabelo, (2020) descreveu a circulação viral com o cruzamento de bancos, permitiu identificar que dos quatro sorotipos encontrados nos casos, o DENV-2 foi o sorotipo com o maior percentual de casos graves, ao passo que DENV-4 e DENV-2 foram aqueles com os maiores percentuais de casos internados. Para subsidiar os dados foram linkados 3 bancos de dados diferentes, o SINAN, o SIH/SUS e o GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial).

Esta metodologia, o uso de bancos de dados diferentes, permitiu uma pesquisa com custos reduzidos e mais confiabilidade conferida pela aferição de redundância de informações (SILVA et al., 2009).

Na pesquisa, Guimarães. (2020), utilizou os dados de escolaridade por sexo e faixa etária, entre as capitais das regiões Nordeste e Sudeste do país. Linkando com dados disponibilizados a qualquer cidadão pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. O estudo, mais robusto, apresentou predominância de adultos jovens do sexo feminino, o que coaduna com (SILVA et al., 2009). Ressalta-se no estudo o baixo preenchimento do campo escolaridade, além da necessidade de padronizar as variáveis que possam se apresentar de modo diferente em cada banco de dados. O resultado mais robusto e abrangente é um benefício que permite uma melhor compreensão do contexto.

Em consonância, Barreto (2012), descreve em seu estudo que a informação de qualidade é extremamente relevante para subsidiar a tomada de decisão, tanto no nível local quanto no central, pois ela permitirá aos gestores diagnosticar de forma fidedigna as necessidades de saúde da população. A completitude da informação é essencial para a tomada de decisão.

A capacidade de se comunicar entre programas pode ampliar muito os horizontes da informação. Inicialmente o SINAN mostra uma vocação

única para se comunicar com outros SIS, mas os horizontes são ilimitados para a conexão não só para sistemas de saúde, mas também para softwares geodemográficos, ou que possuam informações relevantes de outras fontes e oportunizem melhor controle e prevenção de doenças.

CONCLUSÕES

Os sistemas de informação em saúde já demonstraram ser uma poderosa ferramenta a ser utilizada pelos gestores nos processos de tomada de decisão. Para o SINAN não seria diferente, se utilizado proativamente através das informações fornecidas, antevendo surtos e epidemias. O bom uso desta ferramenta favorece a promoção da saúde, individual e pública, com resultados altamente desejáveis para a sociedade. Contudo, para que isso ocorra, todos os profissionais envolvidos precisam estar familiarizados não apenas com o sistema a ser utilizado, mas também com seus objetivos e sua importância para o gerenciamento da assistência em saúde.

Os achados deste estudo sintetizam as ações utilizadas para construção do perfil dos casos de dengue. A informação de qualidade é extremamente relevante para subsidiar a tomada de decisão, tanto no nível local quanto no central, pois ela permitirá diagnosticar de forma fidedigna as necessidades de saúde da população, corroborando assim para se alcançar os princípios do SUS de integralidade, equidade e universalidade. Embora no estudo assinala para a realização de uma notificação deficiente, sua obrigatoriedade e a pena pelo não cumprimento está prevista na Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940.

Ressalta-se que, mesmo não sendo o foco deste estudo, não se pode afirmar que as atividades consideradas aqui como sendo frágeis não sejam executadas na prática, supondo-se apenas que não sejam registradas no SINAN.

REFERÊNCIAS

Assis, V. C.; Amaral, M. P. H.; Mendonça, A. E. Análise da qualidade das notificações de dengue informadas no sistema de informação de agravos de notificação, na epidemia de 2010, em uma cidade polo da zona da mata do estado de Minas Gerais. *Revista de APS*, [S. l.], v. 17, n. 4, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15336>. Acesso em 15 nov. 2023.

Barreto P. A.; Braga A. L. S.; Andrade M. Avaliação da completitude dos registros de dengue estudo exploratório das notificações compulsórias. Online braz j nurs [periodic online]. 2012 Dec; 11 (3): Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3614/361441679020.pdf> Acesso em 18 nov. 2023.

Benchimol, J. L. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n. 2, p. 265–292, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200005> Acesso em 08 out. 2023.

Brasil. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm Acesso em 15 out. 2023.

Brasil. Guia de vigilância epidemiológica. 6 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

Braz, R. M. et al. Avaliação da completude e da oportunidade das notificações de malária na Amazônia Brasileira, 2003-2012. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 25, n. 1, p. 21–32, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/7fJQdBNQKy6dvSmcBB9x3Rk/?lang=pt#> Acesso em 18 nov. 2023.

Brito, C. V. B.; Formigosa, C. A. C.; Mello Neto, O. S. Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil. Revista Brasileira Em Promoção da Saúde, 35, 1-11. (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2022.12777> Acesso em 15 nov. 2023.

Centre For Evidence-Based Medicine – CEBM. Oxford Centre for Evidence-based Medicine: levels of evidence. Oxford, 2009. Disponível em: <http://www.cebm.net/oxford-centre-evidence-based-medicine-levelsevidence-march-2009> Acesso em: 26 nov. 2023.

Costa, C. A. DA.; Santos, I. G. C.; Barbosa, M. G. Detecção e tipagem de vírus dengue em *Aedes aegypti* (Diptera: Culicidae) na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical,

v. 42, n. 6, p. 677–681, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs-bmt/a/s7Qj87pW4LN56DTgBwgRbBB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 nov. 2023.

Goto D. Y. N.; Larocca L. M.; Felix J. V. C.; Kobayashi V. L.; Chaves M. M. N. Avaliação da oportunidade de notificação da dengue no Estado do Paraná. *Acta Paul Enferm.* 2016;29(3):355–62. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/Xy5qDLyFX9QCqj6CRYb5fhj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 nov. 2023.

Guimarães L. M.; Cunha G. M. Diferenças por sexo e idade no preenchimento da escolaridade em fichas de vigilância em capitais brasileiras com maior incidência de dengue, 2008-2017. *Cad Saúde Pública* 2020; 36:e00187219. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YBDXrLCByWYfxNxx9DnhG-8v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 nov. 2023.

Marques C. A.; Siqueira M. M.; Portugal F. B. Avaliação da não completude das notificações compulsórias de dengue registradas por município de pequeno porte no Brasil. *Cien Saude Colet.* 2020 Mar;25(3):891-900. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.16162018> Acesso em 15 nov. 2023.

Mendes, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enfermagem.* Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 Nov. 2023.

MOTHER, D. et al. Preferred reporting itens for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Revista Plos Medicine*, v. 6, n. 7, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000097> Acesso em: 08 nov. 2023.

Moura, D.N.A et al. Epidemiologia da dengue em Minas Gerais de 2009 a 2019: uma análise descritiva. 2021. Revista HU. Artigo Original. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/36236/24160> Acesso em 15 nov. 2023.

Oliveira, R.M.A.B; Araújo, F.M.C.; Cavalcanti, L.P.G. Aspectos entomológicos e epidemiológicos das epidemias de dengue em Fortaleza, Ceará, 2001-2002. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 27, n.1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000100014> Acesso em 15 nov. 2023.

Rabelo A. C. L.; Amâncio F. F.; Oiko C. S. F.; Ferraz M. L.; Carneiro M. Caracterização dos casos confirmados de dengue por meio da técnica de linkage de bancos de dados, para avaliar a circulação viral em Belo Horizonte, 2009-2014. Epidemiologia Serv Saude. 2020;29(3):e2019354. Disponível em: <https://scielosp.org/article/ress/2020.v29n3/e2019354/> Acesso em 15 nov. 2023.

Rocha, M. S., Bartholomay, P.; Cavalcante, M. V. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan): principais características da notificação e da análise de dados relacionada à tuberculose. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, n. 1, p. e2019017, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/K8Bh4JKPmdqySDZBj6JBPxn/?lang=pt> Acesso em 09 Out. 2023.

Rocha, M. S.; Oliveira G. P.; Guillen L. C. T.; Coeli C. M.; Saraceni V.; Pinheiro R. S. Uso de linkage entre diferentes bases de dados para qualificação de variáveis do Sinan-TB e a partir de regras de scripting. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 12, p. e00074318, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9phcLypWdsdk9WqPj7w4n8P/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 nov. 2023.

Santos, A. L. D.; GIMENEZ, D. M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. Estudos Avançados, v. 29, n. 85, p. 153–168, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GbtRWPdc95dJYQVnkN5cBNq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19 nov. 2023.

Silva, C. F. DA.; Leite, Á. J. M.; Almeida, N. M. G. S. Linkage entre bancos de dados de nascidos vivos e óbitos infantis em município do Nordeste do Brasil: qualidade dos sistemas de informação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 7, p. 1552–1558, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KSKj-qJhXBPSStWbdj8Mbmngnc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 nov. 2023.

Silva, P. L. N.; Marques, A. C. R.; Souza, K. S.; Gusmão, M. S. F.; Galvão, A. P. F. C.; Fonseca, J. R. (2021). Análise da incidência de dengue em pacientes notificados em Montes Claros entre 2017 e 2019. *Nursing (São Paulo)*, 24(276), 5642–5655. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1535/1750> Acesso em 15 nov. 2023.

Souza, A. S. R. et al. General aspects of the COVID-19 pandemic. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, p. 29–45, fev. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmBsSynCQRWjpXJL9m/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 nov. 2023.

Toledo, A. L. A.; Escosteguy C. C.; Medronho R. A.; Andrade F. C. Confiabilidade do diagnóstico final de dengue na epidemia 2001-2002 no Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 5, p. 933–940, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/FyV7RJmr6vYQ3k-98TDLQjhd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 nov. 2023.